



**COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS
DO RIO GRANDE DO NORTE – CAERN**

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DO EXERCÍCIO FINDO EM
31 DE DEZEMBRO DE 2016**



Balancos patrimoniais
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	Nota Explicativa	31/12/2016	31/12/2015
Ativo			
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	80.662.306	59.007.720
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	4	101.938.384	86.672.294
Estoques	5	13.921.326	26.262.512
Impostos a Recuperar	6	13.110.776	8.030.079
Adiantamentos		2.291.501	489.836
Depósitos judiciais	15	8.487.650	838.859
Despesas do exercício seguinte		780	-
Total do Ativo Circulante		220.412.723	181.301.300
Ativo Não Circulante			
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	4	4.295.807	5.398.032
Créditos fiscais	7	45.415.482	33.133.853
Outros créditos de subvenções	16	-	429.390
Investimentos		21.171	21.171
Imobilizado líquido	8	927.040.949	860.641.399
Total do Ativo Não Circulante		976.773.409	899.623.844
Total do Ativo		1.197.186.132	1.080.925.144

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Balancos patrimoniais
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	Nota Explicativa	31/12/2016	31/12/2015
Passivo			
Passivo Circulante			
Fornecedores e outras contas a pagar	9	27.312.578	32.558.919
Empréstimos e financiamentos	10	4.503.394	4.569.956
Obrigações tributárias	11	8.088.123	6.229.145
Obrigações sociais	12	24.995.488	19.961.395
Parcelamento de impostos	13	360.940	360.940
Parcelamento Cosem	14	24.234.825	13.670.277
Total do Passivo Circulante		89.495.348	77.350.632
Passivo Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	5.881.942	10.385.336
Parcelamento de impostos	13	3.050.075	3.411.015
Parcelamento Cosem	14	110.333.084	126.604.458
Provisões para demandas judiciais	15	68.758.737	30.384.709
Receitas Diferidas	16	240.251.326	138.054.948
Total do Passivo Não Circulante		428.275.164	308.840.466
Patrimônio Líquido			
Capital social	17	854.327.782	852.715.877
Reservas de Capital		117.360.346	117.360.346
Reservas de Reavaliação		3.962.793	3.962.793
Prejuízos Acumulados		(304.820.143)	(283.688.418)
		670.830.778	690.350.598
Adiantamentos para futuro aumento de capital		8.584.842	4.383.448
Total do Patrimônio Líquido		679.415.620	694.734.046
Total do Passivo		1.197.186.132	1.080.925.144

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de Dezembro
Em reais

	<u>Nota Explicativa</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Operações			
Receita Líquida	18	548.643.139	481.050.623
Custo dos serviços prestados	19	(313.749.003)	(303.375.671)
Lucro bruto		234.894.136	177.674.952
Despesas administrativas	20	(151.921.353)	(104.510.254)
Despesas comerciais	21	(95.592.806)	(59.308.471)
		(247.514.159)	(163.818.725)
Lucro (prejuízo) operacional		(12.620.023)	13.856.227
Receitas financeiras	22	3.876.328	5.863.517
Despesas financeiras	23	(22.939.531)	(29.499.852)
Resultado financeiro líquido		(19.063.203)	(23.636.335)
Prejuízo líquido antes da Provisão do Imposto de Renda e da Contribuição Social		(31.683.226)	(9.780.108)
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	24	(1.730.128)	(730.392)
Diferenças temporárias para Imposto de Renda e Contribuição Social	24	12.281.629	3.721.861
		10.551.501	2.991.469
Prejuízo líquido do exercício		(21.131.725)	(6.788.639)
Prejuízo líquido por ação do capital social no fim do exercício		(0,025)	(0,008)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de Dezembro
Em reais

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Prejuízo líquido do exercício	<u>(21.131.725)</u>	<u>(6.788.639)</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u><u>(21.131.725)</u></u>	<u><u>(6.788.639)</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016
Em reais

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Reavaliação	Prejuízos Acumulados	Sub-Total	Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	833.571.706	117.360.346	3.962.793	(276.899.779)	677.995.067	19.144.171	697.139.238
Aumento de Capital - AGO/AGE de 29/04/2015	19.144.171	-	-	-	19.144.171	(19.144.171)	-
Créditos recebidos para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	4.383.448	4.383.448
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(6.788.639)	(6.788.639)	-	(6.788.639)
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	852.715.877	117.360.346	3.962.793	(283.688.418)	690.350.598	4.383.448	694.734.046
Aumento de Capital - AGO/AGE de 29/04/2016	1.611.905	-	-	-	1.611.905	(1.611.905)	-
Créditos recebidos para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	5.813.299	5.813.299
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(21.131.725)	(21.131.725)	-	(21.131.725)
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	854.327.782	117.360.346	3.962.793	(304.820.143)	670.830.778	8.584.842	679.415.620

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstrações dos fluxos de caixa – Método Indireto
Exercícios findos em 31 de Dezembro
Em reais

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>		
Prejuízo líquido do exercício	(21.131.725)	(6.788.639)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	35.572.542	33.090.604
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	47.324.811	23.439.703
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	611.785	751.267
Juros e variações monetárias sobre parcelamentos de impostos	223.789	62.416
Juros e variações monetárias sobre parcelamentos Cosern	7.963.420	21.484.972
	<u>70.564.622</u>	<u>72.040.323</u>
<u>Variações nos ativos e passivos</u>		
(Aumento) Diminuição dos ativos:		
Contas a receber e demais recebíveis	(61.488.674)	(51.211.120)
Estoques	12.341.186	11.532.080
Impostos a recuperar	(5.080.697)	(1.573.032)
Adiantamentos concedidos	(1.801.666)	(192.213)
Depósitos judiciais	(7.648.791)	120.508
Despesas do exercício seguinte	(780)	3.064
Créditos fiscais	(12.281.630)	(6.158.510)
Outros créditos de subvenções	429.390	1.391.295
Aumento (Diminuição) dos passivos:		
Fornecedores	(5.246.341)	(9.981.544)
Obrigações tributárias	1.858.977	(481.428)
Obrigações sociais	5.034.093	2.875.164
Provisão para Contingências	38.374.029	11.915.458
Caixa líquido oriundo das atividades operacionais	<u>35.053.718</u>	<u>30.280.045</u>
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</u>		
Aquisição de imobilizado	(101.972.093)	(104.692.164)
Caixa líquido (usado nas) atividades de investimentos	<u>(101.972.093)</u>	<u>(104.692.164)</u>
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</u>		
liberações de empréstimos e financiamentos	-	9.581.658
Amortizações de empréstimos e financiamentos	(5.181.741)	(5.188.099)
Amortizações de parcelamentos de impostos	(584.729)	(5.864.094)
Amortizações de parcelamentos de serviços	(13.670.246)	(18.686.360)
Receitas diferidas	102.196.378	72.552.036
Créditos para futuro aumento de capital	5.813.299	4.383.448
Caixa líquido oriundos das (usado nas) atividades de financiamentos	<u>88.572.961</u>	<u>56.778.589</u>
Aumento (redução) líquida no saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>21.654.586</u>	<u>(17.633.530)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	80.662.306	59.007.720
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	59.007.720	76.641.250
Aumento (redução) líquida no saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>21.654.586</u>	<u>(17.633.530)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de Dezembro
Em reais

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
1. RECEITA BRUTA	603.693.334	529.275.216
1.1 Prestação de serviços de água e esgoto	602.691.067	528.885.379
1.2 Outras receitas	1.002.267	389.837
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(409.849.528)	(340.263.705)
2.1 Custo dos serviços prestados	(278.176.460)	(270.285.067)
2.2 Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(131.673.068)	(69.978.638)
2.3 Outras despesas operacionais		
3. VALOR ADICIONADO BRUTO	193.843.806	189.011.511
4. DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(35.572.543)	(33.090.604)
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	158.271.263	155.920.907
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	3.876.328	5.863.517
6.1 Receitas financeiras	3.876.328	5.863.517
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>162.147.591</u>	<u>161.784.424</u>
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
8.1 Pessoal	115.841.091	93.840.087
8.1.1 Remuneração direta, benefícios, FGTS, participação nos lucros	115.841.091	93.840.087
8.2 Impostos, taxas e contribuições	44.498.694	45.233.124
8.2.1 Impostos gerais (federais, estaduais e municipais)	44.498.694	45.233.124
8.3 Remuneração de capitais de terceiros	22.939.531	29.499.852
8.3.1 Juros e atualização monetária	22.939.531	29.499.852
8.4 Remuneração de capitais próprios	(21.131.725)	(6.788.639)
8.4.1 Reservas de lucros	(21.131.725)	(6.788.639)
TOTAL VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>162.147.591</u>	<u>161.784.424</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro 2016
Em reais

1. Contexto operacional

A **Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN**, com sede na Av. Senador Salgado Filho, 1555, Bairro do Tirol, município de Natal, estado do Rio Grande do Norte, constituída mediante autorização da Lei Estadual nº 3.742 de 26 de junho de 1969, alterada pela Lei nº 4.747, de 06 de julho de 1978, é uma sociedade por ações, de capital fechado, em regime de economia mista.

São objetivos sociais da Companhia: a administração e a prestação dos serviços públicos de água e esgotos sanitários em todo o estado do Rio Grande do Norte.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia atuava em 158 municípios no Estado do Rio Grande do Norte (158 em dezembro de 2015), em operações de abastecimento de água e/ou operações de esgotamento sanitário. Merecem destaques as 20 (vinte) maiores concessões de água e esgotos das quais a companhia é detentora:

Município	Faturamento Total em 2016	Quantidade de Economias	Vencimento da Concessão ou Termo de	Legendas
Apodi	4.741.204,88	8.918	05/10/2025	1
Areia branca	5.625.284,77	8.295	19/06/2041	2
Assú	8.616.737,83	17.584	23/07/2029	1
Caicó	13.389.801,38	25.620	18/07/2041	1
Caraúbas	3.407.848,17	6.648	26/04/2030	1
Currais novos	5.718.627,33	14.992	31/12/2016	4
Goianinha	3.268.789,88	6.123	31/12/2016	4
João Câmara	5.115.589,54	10.130	25/03/1995	3
Jucurutu	2.696.470,18	5.517	31/12/2016	4
Macaíba	9.213.094,60	20.930	29/08/2031	2
Macau	6.765.491,56	11.154	26.04.2033	1
Monte alegre	3.339.269,55	7.020	31/12/2016	2
Mossoró	73.761.142,84	100.909	14/07/2025	1
Natal	260.027.431,98	325.655	30/04/2027	1
Nova cruz	6.080.682,89	12.770	17/12/2009	3
Parelhas	4.594.315,27	8.053	31/12/2016	4
Pamamirim	54.937.356,81	94.080	27/11/2010	4
Pau dos ferros	5.135.839,86	12.790	16/12/2029	1
São José de Mipibu	3.965.036,46	9.612	31/12/2016	4
São Paulo do Potengi	2.519.253,83	6.188	23/12/2029	1

Legendas:

- (1) Contrato regular.
- (2) Não há contrato, porém foi pactuado um termo de compromisso com o Município,
- (3) O Contrato está vencido e não possui nenhum documento que suporte a relação contratual entre a Companhia e o Município.
- (4) Não há contrato, existe termo de compromisso, porém este está vencido.

2. Resumo das principais práticas contábeis

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (“moeda funcional”).

(b) Base de preparação

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas com base no custo histórico, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil e não contemplam as adequações às normas internacionais.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1 - Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, e aplicações financeiras que representam investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor). Essas aplicações financeiras são apresentadas ao valor de realização, incluindo os rendimentos auferidos até a data do balanço.

2.2 - Ativos financeiros

2.2.1 Classificação

Os ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, sob as categorias de empréstimos e recebíveis e disponível para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

- **Empréstimos e recebíveis**

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data de fechamento do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e demais contas a receber.

2.2.2 - Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para a venda são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários classificados como disponíveis para venda são reconhecidos no patrimônio líquido.

2.2.3 – Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;

- Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado

2.3 - Contas a receber de clientes e outros recebíveis

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor da prestação do serviço menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. Uma provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidencia objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber.

2.4 - Provisão para crédito de liquidação duvidosa

Essa provisão é fundamentada em análise dos créditos pela administração, que leva em consideração o histórico e os riscos envolvidos em cada operação, e é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber. Para fins de cálculo da provisão para devedores duvidosos, foram considerados os títulos públicos e privados vencidos a mais de 180 dias, por serem estes classificados como de difícil recebimento.

2.5 - Estoques

Os estoques de materiais destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgoto sanitário são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excedem aos custos de reposição ou valores líquidos de realização.

2.6 - Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos circulante e não circulante são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos

2.7 - Imobilizado

O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição e/ou construção, menos depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, mediante aplicação de taxas que levam em conta o tempo de vida útil, previstas para as companhias estaduais de saneamento básico. As principais taxas estão mencionadas na nota explicativa nº 8.

2.8 - Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia assume uma obrigação prevista em disposição contratual de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados pelos seus valores justos, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis às suas aquisições ou emissões. Os passivos financeiros da Companhia são mensurados pelo custo amortizado.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores e outras contas a pagar e parcelamento de impostos e de fornecedores.

(a) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

(b) Parcelamentos de impostos

Os parcelamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor registrado e o valor efetivo a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os parcelamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

O valor justo da parcela do passivo de um título de dívida conversível é determinado com o uso da taxa de juros de mercado para o mesmo título de dívida caso este não fosse conversível, obtida junto à instituição financeira que o concedeu. Esse valor é registrado como passivo com base no custo amortizado, até que esta obrigação seja extinta na conversão ou no vencimento do parcelamento.

Os parcelamentos são classificados como passivo circulante e não circulante, em função do prazo de vencimento das parcelas.

(c) Apresentação pelo líquido

Passivos e ativos financeiros somente são apresentados pelos seus valores líquidos no balanço patrimonial se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.



2.9 - Impostos e contribuições a recolher e parcelamento de impostos e contribuições sociais

Atualizados pelos encargos financeiros até a data do balanço.

2.10 – Provisões

As provisões tributárias e demandas judiciais são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança.

2.11 - Demais passivos circulantes e não circulantes

Os demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos.

2.12 - Capital Social

As ações são classificadas no patrimônio líquido.

2.13 Subvenções e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais monetárias são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo governo e de que serão auferidas. As mesmas são registradas como receita diferida, no Passivo Não Circulante, durante o período necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar.

2.14 - Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades de abastecimento de água e esgotamento sanitário da Companhia. A receita está apresentada líquida de impostos, abatimentos e descontos. Geralmente, o montante de receitas é equivalente ao valor das notas fiscais emitidas.

2.15 - Imposto de renda e contribuição social corrente e demais impostos federais

Os encargos do imposto de renda da contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social determinados pelo regime do lucro real. O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para o lucro excedente aos limites fiscais estabelecidos. A contribuição sobre o lucro líquido está constituída a alíquota de 9%.

Embasado ainda no pronunciamento técnico CPC 32, que trata dos tributos sobre o lucro, a Companhia registrou os efeitos das diferenças temporárias calculadas sobre as alíquotas de 25% (imposto de renda) e 9% (contribuição social) para o prejuízo fiscal e a base de cálculo negativa da contribuição social. Também foi constituída diferença temporária, considerando os mesmos percentuais de impostos citados anteriormente, sobre as provisões para contingências trabalhistas, cíveis e tributárias.

Os encargos de Programa Integração Social – PIS e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, como a seguir:

- Programa Integração Social – PIS: alíquota de 1,65%; e
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS: alíquota de 7,60%.

3. Caixa e equivalentes de caixa

3.1 – Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Caixa	55.500	107.580
Depósitos bancários em conta corrente	2.111.329	4.776.103
Aplicações financeiras	78.495.477	54.124.037
	<u>80.662.306</u>	<u>59.007.720</u>

A Companhia mantém os recursos próprios provenientes de sua atividade aplicados em Certificados de Depósito Bancário – CDBs, títulos de renda fixa, cuja remuneração é baseada, substancialmente, na variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. No exercício de 2016 as receitas financeiras provenientes dessas aplicações totalizaram R\$ 3.689.393 (2015 – R\$ 5.089.017).

Nos exercícios de 2016 e de 2015, a Companhia classificou seus títulos e valores mobiliários como caixa e equivalentes de caixa, por serem considerados ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato com prazo original de vencimento inferior a 90 dias e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

3.2 – Movimentação das aplicações financeiras

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Saldo inicial	54.124.037	57.775.272
Novas aplicações	444.367.946	421.830.121
Rendimentos	3.689.393	5.089.017
Resgates	(423.685.899)	(430.570.372)
Saldo final	<u>78.495.477</u>	<u>54.124.037</u>



Os ativos financeiros incluem somente valores em Reais, não havendo aplicações em moeda estrangeira. Nenhum destes valores está vencido e não foram identificadas perdas dos seus valores recuperáveis.

4. Contas receber de clientes e outros recebíveis

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<u>Circulante</u>		
Recebíveis dos serviços de água e esgoto	373.597.015	285.199.281
Parcelamentos de conta de água e esgoto	11.487.188	25.915.620
Prestação de outros serviços	8.871.440	22.436.050
Financiamentos de serviços	3.981.060	2.288.400
Arrecadação em processo de classificação	2.283.407	1.391.387
(-) Pagamentos em duplicidade	(266.368)	(206.351)
(-) Outros valores	(2.587.285)	(2.186.309)
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(295.428.073)	(248.165.784)
	<u>101.938.384</u>	<u>86.672.294</u>
<u>Não circulante</u>		
Parcelamentos de contas de água e esgoto	4.283.504	4.659.772
Financiamentos de serviços	12.303	738.260
	<u>4.295.807</u>	<u>5.398.032</u>
Total	<u>106.234.191</u>	<u>92.070.327</u>

Os vencimentos dos recebíveis dos serviços de água e esgoto são como seguem:

CONTAS A RECEBER POR IDADE DE SALDOS

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
A Vencer	25.714.355	22.902.573
Vencidos de 01 a 30 dias	24.755.370	21.216.737
Vencidos de 31 A 60 dias	15.205.261	14.054.422
Vencidos de 61 A 90 dias	10.799.486	9.399.662
Vencidos de 91 A 120 dias	8.442.906	7.278.821
Vencidos de 121 A 180 dias	14.807.865	12.622.917
Vencidos acima de 181 dias	302.190.481	253.701.419
	<u>401.915.724</u>	<u>341.176.551</u>

As contas a receber de clientes e demais recebíveis são provenientes dos faturamentos de serviços de fornecimento de água, esgotamento sanitário, além de parcelamentos de contas realizados junto aos consumidores. Em 2016 e 2015 a companhia não registrou Ajuste a Valor Presente – AVP para grupamento de parcelamentos. As contas a receber são mantidas apenas em reais, não havendo contas a receber em moeda estrangeira.

5. Estoques

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Materiais em almoxarifado	13.921.326	22.803.442
Materiais em trânsito	-	3.459.070
	<u>13.921.326</u>	<u>26.262.512</u>

6. Impostos a recuperar

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Imposto de Renda Retido na Fonte - Lei 9.430/96	-	50
Programa de Integração Social (Pis) - Lei 10.637/02	1.602.956	1.061.140
Cont. Financ. Secur. Social (Cofins) - Lei 10.833/03	7.383.312	4.887.675
Imposto de Renda Pessoa Jurídica a Recuperar	2.754.806	1.263.798
Cont. Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) a Recuperar	760.038	207.752
Tributo pago a maior (Parcelamento Lei No. 12.996)	609.664	609.664
	<u>13.110.776</u>	<u>8.030.079</u>

7. Créditos fiscais

A Companhia reconheceu créditos compensáveis com lucros tributários futuros, calculados sobre prejuízos e provisões temporariamente não dedutíveis, controlados na parte “B” do Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR, em contrapartida ao resultado do período, nos montantes abaixo especificados:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Prejuízo fiscal - Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	20.684.747	21.258.532
Créditos inter temporais - Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	17.189.684	7.596.177
Prejuízo fiscal - Contribuição Social s/Lucro Líquido (CSLL)	1.352.765	1.544.520
Créditos inter temporais - Contribuição Social s/Lucro Líquido (CSLL)	6.188.286	2.734.624
	<u>45.415.482</u>	<u>33.133.853</u>

8. Imobilizado

O imobilizado está assim distribuído:

	Taxas de Depreciação	2016		2015
		Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Custo Líquido
Em Operação				
Sistemas de abastecimento de água	2% a 10%	474.255.991	(335.494.339)	138.761.652
Sistemas de esgoto sanitário	2% a 10%	294.165.332	(84.052.138)	210.113.194
Bens de uso geral	10% a 25%	71.962.887	(38.783.231)	33.179.656
		<u>840.384.210</u>	<u>(458.329.708)</u>	<u>382.054.502</u>
				<u>409.557.644</u>
Em Andamento				
Sistemas de abastecimento de água		232.992.164	-	232.992.164
Sistemas de esgoto sanitário		287.874.012	-	287.874.012
Estoques de obras		24.120.271	-	24.120.271
		<u>544.986.447</u>	<u>-</u>	<u>544.986.447</u>
				<u>451.083.755</u>
		<u>1.385.370.657</u>	<u>(458.329.708)</u>	<u>927.040.949</u>
				<u>860.641.399</u>

A mutação do imobilizado ocorrida entre os exercícios de 2015 e 2016 foi a seguinte:

	Saldo em 31/12/2015	(+) Adições ocorridas	(+) Depreciações apuradas	(+/-) Transferências	Saldo em 31/12/2016
Imobilizado Técnico					
Custo					
Sistemas de abastecimento de água	470.869.861	3.386.130	-	-	474.255.991
Sistemas de esgoto sanitário	293.703.979	461.353	-	-	294.165.332
Bens de uso geral	67.740.969	4.221.918	-	-	71.962.887
	<u>832.314.809</u>	<u>8.069.401</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>840.384.210</u>
Depreciação Acumulada					
Sistemas de abastecimento de água	(314.331.663)	-	(21.162.676)	-	(335.494.339)
Sistemas de esgoto sanitário	(74.163.040)	-	(9.889.098)	-	(84.052.138)
Bens de uso geral	(34.262.462)	-	(4.520.768)	-	(38.783.231)
	<u>(422.757.165)</u>	<u>-</u>	<u>(35.572.543)</u>	<u>-</u>	<u>(458.329.708)</u>
Imobilizado Técnico Líquido	409.557.644	8.069.401	(35.572.543)	-	382.054.502
Imobilizado em Andamento					
Sistemas de abastecimento de água	215.062.073	17.930.091	-	-	232.992.164
Sistemas de esgoto sanitário	212.454.992	75.419.020	-	-	287.874.012
Estoques de obras	23.566.690	553.581	-	-	24.120.271
Total de Imobilizado em Andamento	451.083.755	93.902.692	-	-	544.986.447
Imobilizado Total	860.641.399	101.972.093	(35.572.543)	-	927.040.949

9. Fornecedores e outras contas a pagar

	31/12/2016	31/12/2015
Recursos próprios - outros programas	26.764.799	32.021.243
Depósitos e retenções contratuais	547.779	537.675
	<u>27.312.578</u>	<u>32.558.919</u>

Os saldos dos principais fornecedores no ano de 2016 foram os seguintes:

<u>Nome do Fornecedor</u>	<u>31/12/2016</u>
Companhia Energética do RN - COSERN	8.026.045
De Rosa, Siqueira, Advogados Associados	4.023.918 (1)
Policard Sistemas e Serviços Ltda.	2.053.124
Ecocil Empresa de Construções Cíveis Ltda.	1.075.836
Beraca Sabara Químicos e Ingred. Ltda.	1.010.798
DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra a Seca	984.582
Saint-Gobain Canalizações Ltda.	626.012
Behring Segurança Privada Ltda.	461.970
Secretaria Municipal de Tributação	420.319
Alberflex Indústria de Móveis Ltda.	348.773
Aquamec Equipamentos Ltda.	285.708
CRI Bombas Hidráulicas Ltda.	278.389
Cobrança Advogados Ltda. EPP	227.432
HI projetos & Construções Ltda.	204.112
JMT Serviços e Locação de Mão de Obra Ltda.	190.873
Center Luz Materiais Elétricos Ltda	188.872
Crast Construções e Serviços Ltda. EPP	187.486
Angolini & Angolini Ltda.	175.900
Petrofisa do Brasil Ltda.	173.843
Departamento Estadual de Imprensa - DEI	159.328
Funcern	145.929
Canteiro Construções Ltda.	140.189
CCC Engenharia Ltda.	138.733
Maria Joselene Fernandes	137.708
A&C Construções Ltda.	131.222
Consórcio EITOAS	118.986
Empresa Brasileira de Assessoria e Consultoria - EMBRASC	115.066
Asperbras Nordeste Irrigação Ltda.	109.903
Subtotal	<u>22.141.057</u>
Demais fornecedores (cerca de 950 cadastrados)	<u>4.623.742</u>
Total geral	<u>26.764.799</u>

(1) Registro do contrato de confissão de dívida firmado com a De Rosa e Siqueira Advogados Associados em Agosto/2016, conforme movimentação abaixo:

	<u>31/12/2016 - R\$</u>
Valor do contrato	10.500.000
(-) Pagamentos realizados em 2016	(1.000.000)
(-) Transferência saldo para Contingências Cíveis	(5.476.082) (a)
(=) Saldo a pagar ao fornecedor	<u>4.023.918</u>

(a) Vide explicação da transferência na Nota 15.1

10. Empréstimos e financiamentos

A Companhia e o Banco do Brasil mantêm contrato de empréstimo tipo *Finame* para a aquisição de máquinas, equipamentos e veículos pesados. A movimentação ocorrida está apresentada a seguir:

	31/12/2016			31/12/2015		
	Circulante	Não-Circulante	Total	Circulante	Não-Circulante	Total
Banco do Brasil S/A.	4.503.394	5.881.942	10.385.336	4.569.956	10.385.336	14.955.292
	4.503.394	5.881.942	10.385.336	4.569.956	10.385.336	14.955.292

As mutações ocorridas no período referente aos empréstimos e financiamentos da Companhia estão descritas abaixo:

	Saldo em 31/12/2015	(-) Amortizações	(+) Juros / Var. Monetária	(+/-) Transferências	Saldo em 31/12/2016
CIRCULANTE					
Banco do Brasil S/A.	4.569.956	(5.181.741)	611.785	4.503.394	4.503.394
	4.569.956	(5.181.741)	611.785	4.503.394	4.503.394
NÃO CIRCULANTE					
Banco do Brasil S/A.	10.385.336	-	-	(4.503.394)	5.881.942
	10.385.336	-	-	(4.503.394)	5.881.942
Total	14.955.292	(5.181.741)	611.785	-	10.385.336

A Companhia vem realizando os pagamentos das parcelas de amortizações junto ao Banco do Brasil S/A. em dia e vem atualizando os saldos devedores com base nos encargos financeiros pactuados nos contratos.

11. Obrigações tributárias

	31/12/2016	31/12/2015
Impostos e contribuições a recolher		
Programa de Integração Social (PIS)	523.858	410.552
Cont. Financ. da Seguridade Social (COFINS)	2.431.476	1.907.406
Imposto sobre Serviços (ISS)	525.078	1.720.354
Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU)	3.577.857	1.282.341
	7.058.269	5.320.652
Impostos retidos a recolher		
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	31.373	36.880
Programa de Integração Social (PIS)	26	26
INSS Retido s/ cessão de mão-de-obra de Terceiros Pessoa Física	829.235	723.980
PIS/PASEP retido - Lei 10.833/03	23.738	27.103
COFINS retido - Lei 10.833/03	109.182	90.611
CSLL retido - Lei 10.833/03	36.300	29.892
	1.029.854	908.493
	8.088.123	6.229.145

12. Obrigações sociais

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Folha de pagamento e encargos		
Salários a pagar dos funcionários e estagiários	2.469.897	2.012.834
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	1.848.089	1.329.198
Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS)	3.668.996	3.015.764
Contribuição Sindical	2.260	2.053
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)	-	716.537
Sesi / Senai / Sebrae	470.332	470.332
Consignações a recolher	466.730	1.330.517
	<u>8.926.304</u>	<u>8.877.236</u>
Férias e encargos	<u>16.069.184</u>	<u>11.084.159</u>
	<u>24.995.488</u>	<u>19.961.395</u>

13. Parcelamentos de impostos

Os parcelamentos de impostos estão representados pelo Parcelamento Especial – PAES mantido junto a Secretaria da Receita Federal e tiveram sua consolidação oficializada durante o exercício social de 2014. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os saldos são os seguintes:

	<u>31/12/2016</u>			<u>31/12/2015</u>		
	<u>Circulante</u>	<u>Não-Circulante</u>	<u>Total</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não-Circulante</u>	<u>Total</u>
Parcelamento da Lei No. 11.941/2009	360.940	3.050.075	3.411.015	360.940	3.411.015	3.771.955
	<u>360.940</u>	<u>3.050.075</u>	<u>3.411.015</u>	<u>360.940</u>	<u>3.411.015</u>	<u>3.771.955</u>

As mutações ocorridas no período referente aos processos de parcelamentos da Companhia estão descritas abaixo:

	Saldo em 31/12/2015	(-) Amortizações	(+) Juros / Var. Monetária	(+/-) Transferências	Saldo em 31/12/2016
CIRCULANTE					
Parcelamento da Lei No. 11.941/2009	360.940	(584.729)	223.789	360.940	360.940
	<u>360.940</u>	<u>(584.729)</u>	<u>223.789</u>	<u>360.940</u>	<u>360.940</u>
NÃO CIRCULANTE					
Parcelamento da Lei No. 11.941/2009	3.411.015	-	-	(360.940)	3.050.075
	<u>3.411.015</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(360.940)</u>	<u>3.050.075</u>
Total	<u>3.771.955</u>	<u>(584.729)</u>	<u>223.789</u>	<u>-</u>	<u>3.411.015</u>

14. Parcelamento Cosern

	<u>31/12/2016</u>			<u>31/12/2015</u>		
	<u>Circulante</u>	<u>Não-Circulante</u>	<u>Total</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não-Circulante</u>	<u>Total</u>
Cosern Contrato 2016/CCE/04	24.234.825	110.333.083	134.567.908	13.670.277	126.604.457	140.274.734
	<u>24.234.825</u>	<u>110.333.083</u>	<u>134.567.908</u>	<u>13.670.277</u>	<u>126.604.457</u>	<u>140.274.734</u>

As mutações ocorridas no período referente aos processos de parcelamentos mantidos junto a Cosern estão descritas abaixo:

	Saldo em 31/12/2015	(-) Amortizações	(+) Juros / Var. Monetária	(+/-) Transferências	Saldo em 31/12/2016
CIRCULANTE					
Cosem Contrato 2016/CCE/04	13.670.277	(13.670.246)	7.963.420	16.271.374	24.234.825
	13.670.277	(13.670.246)	7.963.420	16.271.374	24.234.825
NÃO CIRCULANTE					
Cosem Contrato 2016/CCE/04	126.604.457	-	-	(16.271.374)	110.333.083
	126.604.457	-	-	(16.271.374)	110.333.083
Total	140.274.734	(13.670.246)	7.963.420	-	134.567.908

15. Provisões para demandas judiciais

A Companhia adota a prática contábil de registrar as provisões quando a Administração, suportada por opinião de seus Assessores Jurídicos, entende que existem probabilidades de perdas prováveis em certos processos judiciais que surgem no curso normal de seus negócios. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

15.1 – Provisões

A Companhia acredita que os montantes de provisões para ações cíveis, trabalhistas e tributárias registrados são suficientes para cobrir as perdas prováveis, e os saldos apresentavam-se com os seguintes valores:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<u>Provisões para demandas judiciais</u>		
Questões trabalhistas	38.488.052 (1)	14.505.543
Questões cíveis	25.956.509 (2)	12.517.878
Questões Tributárias	4.314.176	3.361.288
	<u>68.758.737</u>	<u>30.384.709</u>
<u>Depósitos judiciais</u>		
Judiciais	(8.487.650)	(838.859)
	<u>(8.487.650)</u>	<u>(838.859)</u>
(=) Saldo Líquido	<u>60.271.087</u>	<u>29.545.850</u>

(1) Referem-se a reclamações trabalhistas por cálculos de diferenças salariais, férias em dobro, cálculos de horas extras etc., sendo que, no exercício de 2016, ocorreram os ingressos de uma série de demandas dessa natureza.

(2) Composição dos principais processos cíveis:



	<u>RS</u>
Ministério Público do Rio Grande do Norte	7.500.000 (a)
De Rosa e Siqueira Advogados Associados	5.476.082 (b)
Demais processos (montam cerca de 795 processos)	12.980.427
	<u>25.956.509</u>

(a) Ação civil pública de No. 0016118-46.2010.8.20.0106 impetrada pelo Ministério Público do Rio Grande do Norte contra a companhia.

(b) Parte do saldo do contrato da firma De Rosa e Siqueira Advogados Associados provisionado como contingência, conforme autorização da diretoria da Companhia, visando discussão futura sobre o efetivo saldo devedor do contrato.

15.2 – Passivos Contingentes

A Companhia suportada por opinião de seus assessores jurídicos divulga seus passivos contingentes para os quais possui expectativa de perda possível. Para essas ações não foram constituídas provisões para eventuais perdas, conforme estabelece o CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. A posição dos passivos contingentes com expectativa de perda possível para ações cíveis, trabalhistas e tributárias em 31 de dezembro de 2016, é a seguinte:

	<u>31/12/2016</u>
Questões trabalhistas	520.000 (a)
Questões cíveis	485.744
	<u>1.005.744</u>

(a) em decorrência da Ação Civil Pública No. 0000886.75.2014.0041, que trata da jornada de trabalho dos empregados advogados da Companhia, e discute o pagamento de horas extras retroativas e indenização por dano moral coletivo.

16. Receita diferida

Durante o exercício de 2016 e 2015 a Companhia optou por registrar no grupamento do “Passivo Não Circulante – Receita diferida” os valores provenientes de repasses do Orçamento Geral da União – OGU recebidos a título de convênios para construção de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário em municípios do Estado do Rio Grande do Norte.

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receita de subvenções		
Convênios com o Governo federal	240.251.326	138.054.948
	<u>240.251.326</u>	<u>138.054.948</u>
Outros créditos de subvenções - Bloqueios judiciais de convênios (*)		
Governo federal	-	(429.390)
	-	<u>(429.390)</u>
(=) Saldo Líquido	<u>240.251.326</u>	<u>137.625.558</u>

(*) referem-se a saldos de bloqueios judiciais realizadas nas contas dos convênios em função de processos movidos contra o Governo do Estado.

17. Patrimônio líquido

17.1 - Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2016 e 2015 está representado pelas seguintes ações assim distribuídas:

	31/12/2016		31/12/2015	
	Quantidade de Ações	%	Quantidade de Ações	%
Ordinárias	854.170.873	99,98%	852.558.968	99,98%
Preferenciais	156.909	0,02%	156.909	0,02%
	854.327.782	100,00%	852.715.877	100,00%

As ações preferenciais têm direito a prioridade na distribuição de dividendos mínimos não cumulativos, de 6% ao ano e prioridade no caso de liquidação e no reembolso do capital sem direito a prêmio, bem como participação, sem restrições no aumento do capital e decorrentes da capitalização de recursos e lucros.

O Governo do Estado do Rio Grande do Norte participa com 94,48% e o Banco do Estado do Rio Grande do Norte – BANDERN (em liquidação judicial), participa com 5,35% das ações ordinárias da Companhia. Os demais 0,17% de ações ordinárias estão divididas entre a União, órgãos estaduais e municipais e pessoas físicas. As ações preferenciais são integralmente da União.

17.2 - Reserva de capital

A reserva de capital compreende incentivos fiscais e doações recebidas pela Companhia em exercícios anteriores e que poderá ser utilizada apenas para aumento de capital

17.3 - Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 2016, compreende dos valores recebidos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte (acionista majoritário), durante o exercício social de 2016 e 2015, que deverá ser capitalizado no exercício social de 2017.

17.4 - Prejuízo por ação

Básico e diluído

O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui potenciais ações ordinárias em circulação, como por exemplo, dívida conversível em ações ordinárias. Assim, o lucro (prejuízo) básico e o diluído por ação são iguais.

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(21.131.725)	(6.788.639)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas	854.170.873	852.558.968
Prejuízo básico e diluído por ação (reais por ação)	<u>(0,025)</u>	<u>(0,008)</u>

18. Receita líquida

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receitas diretas de serviços de abastecimento d'água		
Tarifa residencial	392.555.705	342.400.284
Tarifa comercial	36.919.646	33.517.492
Tarifa industrial	8.048.276	7.934.660
Órgãos públicos	<u>37.432.606</u>	<u>34.331.361</u>
	<u>474.956.233</u>	<u>418.183.797</u>
Receitas indiretas de serviços de abastecimento d'água		
Ligações	2.181.333	2.380.256
Acréscimo por impontualidade	18.550.464	12.979.170
Religações e sanções	6.328.931	3.281.337
Contribuição para hidrometria	42.833	42.342
Ampliações	32.012	44.900
Outras receitas indiretas	<u>4.578.298</u>	<u>5.730.029</u>
	<u>31.713.871</u>	<u>24.458.034</u>
Total das receitas serviços de abastecimento d'água	<u>506.670.104</u>	<u>442.641.831</u>
Receitas diretas de serviços de esgotos		
Tarifa residencial	56.343.970	48.053.864
Tarifa comercial	17.918.612	16.884.381
Tarifa industrial	11.835.844	12.166.666
Órgãos públicos	<u>9.684.174</u>	<u>8.890.161</u>
	<u>95.782.600</u>	<u>85.995.073</u>
Receitas indiretas de serviços de esgotos		
Ligações	127.748	143.434
Ampliações	108.886	105.041
Outras receitas indiretas	<u>1.729</u>	<u>-</u>
	<u>238.363</u>	<u>248.475</u>
Total das receitas de serviços de esgotos	<u>96.020.963</u>	<u>86.243.548</u>
Total do faturamento bruto de água e esgoto	<u>602.691.067</u>	<u>528.885.379</u>

Continuação:

Demais receitas

Locação de imóveis	93.344	128.687
Venda de bens do Imobilizado	642.463	247.470
Taxa de cadastro de fornecedores	7.301	13.680
Outras receitas	259.159	-
	<u>1.002.267</u>	<u>389.837</u>
	<u>603.693.334</u>	<u>529.275.216</u>

Total das receitas brutas

(-) Deduções de impostos sobre receitas

COFINS sobre receitas	(45.264.691)	(39.642.906)
PIS sobre receitas	(9.785.504)	(8.581.687)
Total	<u>(55.050.195)</u>	<u>(48.224.593)</u>

Receita operacional líquida

	<u>548.643.139</u>	<u>481.050.623</u>
--	--------------------	--------------------

19. Custo dos serviços prestados

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Sistema de abastecimento de água		
Despesas com pessoal	(111.405.835)	(90.539.160)
Despesas com material	(21.347.614)	(26.022.971)
Serviços de terceiros	(110.446.658)	(111.678.030)
Despesas gerais	(1.508.928)	(3.920.288)
Depreciação e amortização	(21.162.676)	(20.957.552)
	<u>(265.871.711)</u>	<u>(253.118.000)</u>
Sistema de esgoto sanitário		
Despesas de pessoal	(24.770.007)	(19.763.196)
Despesas com material	(2.211.283)	(6.649.684)
Serviços de terceiros	(10.018.974)	(12.719.665)
Despesas gerais	(987.930)	(1.449.822)
Depreciação e amortização	(9.889.098)	(9.675.304)
	<u>(47.877.292)</u>	<u>(50.257.671)</u>
	<u>(313.749.003)</u>	<u>(303.375.671)</u>

20. Despesas administrativas

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Despesas administrativas		
Despesas de unidade de estrutura orgânica		
Administração central e Regionais		
Despesas de pessoal	(46.098.651)	(43.274.458)
Despesas com material	(4.637.323)	(3.923.697)
Serviços de terceiros	(29.633.807)	(17.476.254)
Despesas gerais	(2.669.462)	(4.045.054)
	<u>(83.039.243)</u>	<u>(68.719.463)</u>
Depreciação e amortização		
Depreciação	(4.520.768)	(2.457.748)
	<u>(4.520.768)</u>	<u>(2.457.748)</u>
Total das despesas administrativas	<u>(87.560.011)</u>	<u>(71.177.212)</u>

Continuação:

Despesas capitalizáveis		
Administração central		
Despesa de pessoal	(17.202.164)	(17.608.787)
Despesas com material	(121.374)	(178.085)
Serviços de terceiros	(9.284.964)	(5.345.086)
Despesas gerais	(195.670)	(288.574)
Total das despesas capitalizáveis	(26.804.172)	(23.420.533)
Provisão e reversão de provisão para contingências		
Cíveis	(13.438.631)	1.387.020
Trabalhistas	(23.982.510)	(9.941.190)
Tributárias	(952.888)	(3.361.288)
	(38.374.029)	(11.915.458)
Despesas não operacionais		
Outras despesas		
Despesa com pessoal a disposição	-	(24.007)
Total das despesas não operacionais	-	(24.007)
Ressarcimento com pessoal a disposição	(2)	11.983
Ressarcimento para pagamento Unimed/Hapivida	592.036	541.513
Ressarcimento do IASAN	32	-
Por uso/danos propriedade da empresa	42.079	20.560
Outros ressarcimentos	56.932	1.339.084
Ressarcimento de vale transporte	100.195	105.878
Ressarcimento de multas de trânsito	25.158	7.939
Devolução prestações de contas	429	-
	816.859	2.026.956
Total geral das despesas administrativas	(151.921.353)	(104.510.254)

21. Despesas comerciais

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<u>Administração central e Regionais</u>		
Despesas de pessoal	(29.374.625)	(25.018.601)
Despesas com material	(136.549)	(163.241)
Serviços de terceiros	(17.931.118)	(9.361.331)
Despesas gerais	(825.703)	(1.325.596)
	(48.267.995)	(35.868.769)
Perdas na realização de créditos	(47.324.811)	(23.439.703)
Total das despesas comerciais	(95.592.806)	(59.308.471)

22. Receitas financeiras

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimentos de aplicações financeiras	3.689.393	5.089.017
Descontos recebidos	92.903	62.182
Total das receitas financeiras	<u>3.782.296</u>	<u>5.151.199</u>
<u>Receitas de variação monetária</u>		
Juros ativos	94.032	712.318
Receitas de variação monetária	<u>94.032</u>	<u>712.318</u>
Total das receitas financeiras	<u><u>3.876.328</u></u>	<u><u>5.863.517</u></u>

23. Despesas financeiras

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<u>Despesas de financiamentos internos</u>		
Juros e taxas	(17.206.306)	(23.034.664)
Total das despesas de financiamentos internos	<u>(17.206.306)</u>	<u>(23.034.664)</u>
<u>Despesas tributárias</u>		
Impostos	(39.211)	(19.165)
Imposto sobre Propriedade e Território Urbano (IPTU)	(3.017)	(992)
Taxas	(1.011.294)	(91.088)
Taxa de concessão municipal	(3.304.396)	(3.149.616)
Contribuições	(52.979)	-
Total das despesas tributárias	<u>(4.410.897)</u>	<u>(3.260.861)</u>
<u>Outras despesas</u>		
Juros extra financiamento	(511.235)	(1.476.128)
Multas extra financiamento	(380.422)	(1.531.686)
Taxa extra refinanciamento	-	(2.168)
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) s/ aplicações financeiras	-	(52)
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	(1.281)	(194.294)
Outras despesas	(429.390)	-
	<u>(1.322.328)</u>	<u>(3.204.328)</u>
Total das despesas financeiras	<u><u>(22.939.531)</u></u>	<u><u>(29.499.852)</u></u>

24. Imposto de Renda e Contribuição Social

Os valores de imposto de renda e contribuição social registrados no resultado em 2016 e 2015 podem ser demonstrados como segue:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<u>Imposto de Renda</u>		
Provisão constituída para o Imposto de Renda (24.1)	(1.282.699)	(553.287)
Diferença Temporária Imposto de Renda (24.2)	9.019.722	2.725.372
	<u>7.737.023</u>	<u>2.172.085</u>
<u>Contribuição Social</u>		
Provisão constituída para a Contribuição Social (24.3)	(447.429)	(177.105)
Diferença Temporária Contribuição Social (24.4)	3.261.907	996.489
	<u>2.814.478</u>	<u>819.385</u>
	<u><u>10.551.501</u></u>	<u><u>2.991.469</u></u>

24.1 - Composição do cálculo do Imposto de Renda

24.1 - Composição do cálculo do Imposto de Renda

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Resultado Contábil	(31.683.226)	(9.780.108)
Ajuste RTT	-	-
Resultado Contábil após RTT	(31.683.226)	(9.780.108)
(+) Adições		
Provisões para Contingências	38.374.029	11.915.458
Outras indedutíveis - Devolução de doações	429.390	193.661
Gratificação dos Diretores	548.416	568.718
Multas	137.856	482.174
	<u>39.489.691</u>	<u>13.160.011</u>
(-) Exclusões		
Contribuições e doações recebidas	(156.000)	-
	<u>(156.000)</u>	<u>-</u>
Lucro Real	7.650.465	3.379.902
Compensação do prejuízo fiscal (30% do Lucro Real)	(2.295.140)	(1.013.971)
Lucro Real Após Compensação do prejuízo fiscal	5.355.325	2.365.932
% Imposto de Renda Normal	15%	15%
Imposto de Renda Normal a pagar	803.299	354.890
Adicional Imposto de Renda	5.355.325	2.365.932
(-) Dedução permitida	(240.000)	(240.000)
Base de cálculo Adicional Imposto de Renda	<u>5.115.325</u>	<u>2.125.932</u>
% Adicional Imposto de Renda	10%	10%
Adicional Imposto de Renda a pagar	511.532	212.593
Imposto de Renda do período	1.314.831	567.483
(-) Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) (4% do imposto do período)	(32.132)	(14.196)
Imposto de Renda do período após incentivo PAT	1.282.699	553.287

24.2 - Cálculo da Diferença Temporária do Imposto de Renda

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<u>Base de Cálculo p/ Diferença Temporária s/ Contingências constituídas</u>		
Valor líquido das provisões de contingências	38.374.029	11.915.458
Alíquota do IR	25%	25%
Valor da dif. Inter temporal IRPJ	<u>9.593.507</u> (a)	<u>2.978.865</u>
<u>Base de Cálculo p/ Diferença Temporária s/ Prejuízo Fiscal compensado</u>		
Valor líquido do prejuízo fiscal utilizado	(2.295.140)	(1.013.971)
Alíquota do IR	25%	25%
Valor da dif. Inter temporal IRPJ	<u>(573.785)</u> (a)	<u>(253.493)</u>
Diferença Temporária registrada para Imposto de Renda (somatório da (a))	9.019.722 (a)	2.725.372

24.3 - Composição do cálculo da Contribuição Social

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Resultado Contábil	(31.683.226)	(9.780.108)
Ajuste RTT	-	-
Resultado Contábil após RTT	<u>(31.683.226)</u>	<u>(9.780.108)</u>
(+) Adições		
Provisões para Contingências	38.374.029	11.915.458
Outras indedutíveis - Devolução de doações	429.390	193.661
Multas	137.856	482.174
	<u>38.941.275</u>	<u>12.591.293</u>
(-) Exclusões		
Contribuições e doações recebidas	(156.000)	-
	<u>(156.000)</u>	<u>-</u>
Lucro Real	7.102.049	2.811.184
Compensação da base de cálculo negativa (30% do Lucro Real)	(2.130.615)	(843.355)
Lucro Real Após Compensação do prejuízo fiscal	4.971.434	1.967.829
% Contribuição Social	9%	9%
Contribuição Social do período	447.429	177.105

24.4 - Cálculo da Diferença Temporária da Contribuição Social

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<u>Base de Cálculo p/ DIF Inter Temporal s/ Contingências constituídas</u>		
Valor líquido das provisões de contingências	38.374.029	11.915.458,06
Aliquota do CSLL	9%	9%
Valor da dif. Inter temporal CSLL	<u>3.453.662 (b)</u>	<u>1.072.391</u>
<u>Base de Cálculo p/ diferença Temporária s/ Base de Cálculo Negativa compensada</u>		
Valor líquido do base de cálculo negativa utilizado	(2.130.615)	(843.355)
Aliquota do IR	9%	9%
Valor da dif. Inter temporal CSLL	<u>(191.755) (b)</u>	<u>(75.902)</u>
Diferença Temporária registrada para Contribuição Social (somatório da (b))	3.261.907	996.489

25. Contingências fiscais

As declarações de rendimentos e demais encargos resultantes das operações da Companhia estão sujeitas a exames por parte das autoridades fiscais, dentro dos prazos prescricionais.

26. Instrumentos financeiros

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros ativos e passivos, em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não diferem significativamente daqueles registrados nas demonstrações contábeis.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não teve contratos em aberto envolvendo operações com derivativos. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

a) Financiamentos

O valor contábil dos empréstimos e financiamentos tem suas taxas atreladas à variação do CDI e se aproxima do valor de mercado.

b) Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta a risco de crédito, risco de liquidez e risco taxa de juros.

(I) *Risco de crédito* – é o risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e de financiamento, principalmente contas a receber.

O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. Parte substancial das vendas é pulverizada entre um grande número de clientes. No caso desses clientes, o risco de crédito é mínimo devido à pulverização da carteira e aos procedimentos de controle, que monitoram esse risco. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer em face de eventuais perdas na sua realização.

(II) *Risco de liquidez* - A principal fonte de caixa da Companhia é proveniente de suas operações, principalmente dos serviços de água e esgoto. A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado e caixa e equivalentes de caixa (Nota 03)

(III) *Risco de taxas de juros* – A atualização dos contratos de financiamento está vinculada à variação do CDI;

A administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

27. Eventos subsequentes

Em 24 de fevereiro de 2015, o Supremo Tribunal Federal, através do relator do processo, Ministro Luiz Fux, emitiu Recurso Extraordinário de No. 858.893 que confere à Companhia imunidade tributária sobre os impostos de âmbito federal. Conforme trecho do referido recurso, a Suprema Corte pacificou a questão no sentido de que a imunidade tributária recíproca alcança as sociedades de economia mista delegatárias de serviços públicos. O Supremo Tribunal Federal tem acolhido, excepcionalmente, a possibilidade de conferir a imunidade recíproca às empresas públicas e sociedades de economia mista, prestadoras de serviço público essencial, fora do regime de concorrência e que não distribuem lucros aos investidores públicos e privados. Em 18 de março de 2015, a Fazenda Nacional interpôs agravo regimental. Em função desse agravo, o Ministro Luiz Fux, em 25 de maio de 2016, reconsiderou a sua decisão e encaminhou o feito a origem para pretensa adequação jurisprudencial. Dessa forma, o processo foi remetido para o Tribunal Regional Federal – TRF-5ª Região para aguardar o julgamento do tema 508 (RE 600.867).

Conforme informado pelos assessores jurídicos externos, as decisões proferidas são, até o presente momento, todas favoráveis a Companhia, apesar desse último evento. Portanto, a perspectiva dos assessores é de êxito nesse processo, o que trará à Companhia os benefícios de caixa provenientes do não recolhimento de tributos federais a partir de um determinado período.

Ademais, não ocorreram novos eventos entre a data de encerramento do exercício social e a de divulgação das demonstrações contábeis que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a situação financeira e os resultados da companhia.



DIRETORIA

Marcelo Saldanha Toscano
Diretor Presidente

Lindolfo Gomes Vidal Neto
Diretor Administrativo

Maria Helena Bezerra Cortez
Diretor Comercial e de Atendimento

Maria Geny Formiga de Farias
Diretor de Empreendimentos

João Alberto Dantas da Costa
Diretor de Operação e Manutenção

Anton Carlos Gondim Safieh
Diretor de Planejamento e Finanças

CONTADOR

Alex Souza da Costa
Contador – CRC – RN – 006783/O-5